

Turismo Comunitário em Prainha do Canto Verde/Beberibe – CE: uma reflexão sobre essa possibilidade no espaço litorâneo

ELIAS JÚNIOR CÂMARA GOMES SALES * [elias.sales@hotmail.com]

RICARDO DE OLIVEIRA REZENDE ** [ricarduus@gmail.com]

Resumo | Este trabalho, guiado por pressupostos do pensamento geográfico, objetiva refletir sobre a possibilidade de se trabalhar o conceito de desenvolvimento sustentável na ótica do turismo no espaço litorâneo. Discutirá o processo de expansão do turismo no litoral e suas implicações, pois se trata de atividade contemporânea, a qual é percebida como consumidora de espaços e atrelada ao capital. Para a realização deste trabalho, foi utilizada como metodologia uma análise de caráter qualitativo. Foram feitas revisões bibliográficas e documentais para se estabelecer um arcabouço teórico e realizar uma reflexão sobre o uso do conceito de desenvolvimento sustentável e como esse pode ser aplicado ao turismo. Essa análise busca identificar alternativas para o desenvolvimento da atividade turística, para que a mesma possa acarretar mais benefícios para os sujeitos sociais envolvidos em tal prática e como esse processo deve ser compreendido. Portanto, se fez uma reflexão sobre o turismo comunitário em Prainha do Canto Verde/Beberibe – CE como uma possível alternativa ao desenvolvimento da atividade turística.

Palavras-chave | Turismo Comunitário, Desenvolvimento Sustentável, Espaço e Sociedade.

Abstract | This work, guided by assumptions of the geographical thinking, aims to reflect about the possibility of working the concept of sustainable development in the perspective of tourism in the coastal space. It will discuss the tourism expanding process in the coast and its implications, since this is a contemporary activity, which is perceived as a consumer of space and it is tied to the capital. For this study it was used, as methodology, a qualitative analysis. Bibliographic and documental review was conducted in order to establish a theoretical framework and perform a reflection about the use of the concept of sustainable development and how it can be applied in tourism. This analysis tries to identify alternatives for the development of the touristic activity so that it can benefit social subjects involved in this practice and enhance their understanding of all process. Therefore, we present a study on the communitarian tourism in Prainha do Canto Verde/Beberibe – CE as a possible alternative to tourism development.

Keywords | Communitarian Tourism, Sustainable Development, Space and Society.

* **Mestrando em Geografia** na Universidade Estadual Paulista, Rio Claro (Brasil).

** **Mestrando em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais** na Escola Nacional de Ciências Estatísticas (Brasil).

1. Introdução

O estudo da atividade turística é analisado, muitas vezes, apenas do ponto de vista das concepções desenvolvimentistas. Atualmente tem-se avaliado como esse pode ser uma atividade sustentável, capaz de gerar desenvolvimento local e não esgotar os recursos naturais, o que determina o turismo como um exemplo ilustrativo para o crescimento de uma dada localidade. Isso se deve ao fato de seus supostos impactos sobre o meio ambiente e à sua capacidade de preservação da natureza (Ouriques, 2006).

Perante as desigualdades regionais observadas no Brasil, “em muitas localidades brasileiras o turismo acaba se tornando o objeto de desejo, disseminado socialmente por poderosos mecanismos ideológicos, notadamente os meios de comunicação” (Ouriques, 2006:1). Tal disseminação, a princípio, é promovida tanto pelo meio político quanto pelo empresarial. Em um estágio mais avançado, quando a ideologia do desenvolvimento turístico está consumada, toda a população local começa acreditar que o turismo é uma atividade somente benéfica. O que se observa é a utilização do discurso em torno do turismo para promover o desenvolvimento socioeconômico de comunidades, as quais começam a investir suas esperanças no turismo, objetivando a inserção do local num contexto de prosperidade onde todos ganham com tal atividade (Ouriques, 2006).

Diante da dinâmica capitalista, é notório que o turismo se enquadrou nessa nova ordem, e acabou se convertendo em mais uma ferramenta para a acumulação do capital. É comum encontrar vários exemplos, dentro da experiência turística, que visam atender as necessidades dos grandes investidores internacionais, e até mesmo, de elites locais, tornando menos acessível à população local os prováveis benefícios que a atividade proporciona.

Tendo em vista que os litorais se destacam pelo interesse que despertam às políticas de turismo (Vasconcelos, 2003), fez-se um estudo sobre comunidades costeiras frente à expansão da

atividade turística. O presente trabalho aborda a problemática socio-espacial envolvida no processo de desenvolvimento do turismo no espaço litorâneo.

No entanto, uma possibilidade vem sendo discutida como forma de amenizar os efeitos negativos do turismo e ao mesmo tempo, através do planejamento, potencializar os positivos. Nessa perspectiva, o desenvolvimento sustentável surge como uma alternativa para fortalecer o turismo, sendo que pretende satisfazer as necessidades atuais das populações locais sem comprometer as gerações futuras, promovendo maior integração entre a atividade turística e sociedade. Nesse contexto, se fará uma reflexão sobre a proposta de “turismo comunitário” como alternativa ao turismo convencional, esse que se destaca, muitas vezes, por ser controlado pelas elites locais e pelo capital internacional.

O fato de que o turismo comunitário desperta a atenção por revelar uma posição diferenciada em relação ao turismo que se pratica nos moldes contemporâneos, nos intrigou e, dessa maneira, a localidade de Prainha do Canto Verde, no município de Beberibe/Ceará – Brasil, foi escolhida para a realização desse trabalho, o qual possui uma abordagem de caráter qualitativo. Para a realização dessa pesquisa foi utilizado o recurso de coleta de dados por meio de entrevista aplicada a um morador de Prainha do Canto Verde, o qual se destaca por fazer parte das lideranças locais e por estar ligado ao conselho de turismo. A entrevista foi realizada por meio eletrônico e posteriormente analisada para fundamentar as questões discutidas no trabalho. Dado que o pesquisador dispunha de tempo e recursos limitados, essa iniciativa tem a intenção de promover uma contribuição para o debate mais aprofundado sobre o turismo comunitário e suas implicações.

Juntamente com o resultado dessa investigação foram feitas pesquisas bibliográficas e documentais para estabelecer arcabouço teórico sendo utilizados também dados secundários para realizar uma reflexão a respeito do processo turístico em Prainha do Canto Verde.

Dessa maneira, o presente trabalho abordará algumas considerações a respeito do turismo no espaço litorâneo, revelando sua interface com a atividade capitalista, tendo em vista que esse processo implica mudanças na realidade de diversas comunidades costeiras, discutirá a questão do desenvolvimento sustentável e como esse conceito pode ser aplicado ao turismo a partir da experiência obtida na localidade de Prainha do Canto Verde – CE que será relatada como uma possibilidade na perspectiva de um turismo socialmente responsável e comunitário.

2. O uso do espaço litorâneo pelo turismo

A ocupação da zona litorânea ocorre desde as civilizações mais antigas, havendo uma maior utilização desse espaço a partir da Revolução Industrial em meados do século XIX, na Europa (Vasconcelos, 2003).

Atividades como a pesca, agricultura e o transporte marítimo se destacam dentre as possíveis práticas que podem ser desenvolvidas na área costeira e de certa forma podem interferir na composição do litoral, ditando políticas voltadas para seu uso e ocupação. Segundo Vasconcelos (2003:326), uma atividade tem se destacado em especial: “Recentemente um novo fator econômico se integra a este grupo, o turismo [...] Na maioria dos litorais a praia é o maior patrimônio turístico do lugar.”

A praia, dentro da concepção de “paisagem natural”, (Luchiari, 2001:10) cede lugar à mercantilização de seu espaço à medida que se torna, segundo o autor, “patrimônio turístico do lugar” e o turismo como “novo fator econômico”.

O turismo litorâneo, enquanto atividade econômica surge como agente capaz de influenciar a composição e utilização dos espaços, pois ao apropriar-se do litoral, na maioria das vezes, modifica a relação de trabalho ali existente, substituindo

atividades tradicionais por outras ligadas ao turismo e promovendo mudanças no espaço, como criação de infra-estrutura visando atender aos turistas, sendo tal atividade recente na história de nosso país.

O turismo se desenvolveu através da forte ocupação do litoral nos países desenvolvidos, como é o caso da França, Itália e Espanha. Nos últimos 30 anos esse fenômeno tende a se repetir nos países em desenvolvimento, é o caso do Brasil e do México, sendo nesse caso um dos motores do desenvolvimento econômico local (Vasconcelos, 2003:326).

O emprego do turismo como atividade econômica é bastante utilizado, principalmente pelas propagandas governamentais, no intuito de promover o desenvolvimento local, porém segundo Coriolano (2003:13) “o desenvolvimento com inclusão só é possível quando a população é beneficiada, quando atinge a escala humana e o turismo tanto pode se atrelar ao crescimento econômico, como ao desenvolvimento social, o chamado desenvolvimento local.” Portanto, a afirmação de Vasconcelos deveria ser definida como crescimento econômico e não desenvolvimento econômico local.

Segundo Ouriques (2006), é necessário melhor compreensão do desenvolvimento da atividade turística com base em um enfoque mais crítico, pois

[...] em regiões periféricas, a introdução da atividade turística tem, inicialmente, um efeito instabilizador, de desestruturação da economia pré-existente. São inúmeros os relatos de processos de decadência e mesmo de desaparecimento das atividades econômicas tradicionais a partir do advento do turismo. Por exemplo, de comunidades litorâneas, que sempre viveram da pesca, que acabam abandonando seu sustento tradicional (Ouriques, 2006:2).

Essa substituição da atividade tradicional por alguma outra, ligada ao turismo ou não, não acontece por opção, mas por imposição.

De um lado, pela concorrência promovida pela pesca industrial (algo que já aconteceu em várias partes do litoral brasileiro, aliás). De outro lado, pelo processo de aquisição dos terrenos e expulsão dos pescadores e suas famílias da orla marítima, promovido pelas atividades imobiliárias especulativas, ligadas direta ou indiretamente ao turismo (Ouriques, 2006:2).

A expulsão das populações costeiras e a substituição das atividades tradicionais são alguns dos prováveis problemas advindos do despertar de uma localidade litorânea para o turismo. Segundo Coriolano (2007:1) “o turismo é atividade produtiva moderna que reproduz a organização desigual e combinada dos territórios capitalistas, sendo absorvido com maneiras diferenciadas pelas culturas e modos de produção locais.” Ou seja, o turismo se adapta à dinâmica vigente, no caso das sociedades atuais ele se atrela ao capitalismo financeiro global. A autora também relata que o Estado atua em favor do mercado, possibilitando os interesses das entidades privadas em detrimento da população, resultando, muitas vezes na exploração do capital humano por parte da atividade turística.

Entende-se que o turismo, ao ser introduzido em localidades litorâneas, reproduz a lógica capitalista, onde quem pode pagar pelo lazer é servido pelos trabalhadores do turismo, que na maioria das vezes são mal remunerados, segundo Ouriques (2005), levando em consideração os dados obtidos por meio do Ministério do Trabalho brasileiro e também por estudos em nível internacional feitos pela Organização Mundial do Turismo. Com isso o acesso ao litoral pelos moradores se dá no intuito dos mesmos trabalharem no ramo turístico, bem diferente da posição que tinham antes como possuidores desse espaço, agora voltado para a atividade turística e por consequência para os turistas.

Após relatar algumas dinâmicas relacionadas com a ocupação do espaço pela atividade turística é interessante ressaltar que a exploração do turismo tem contribuído, segundo Fontes e Lage (2003:92)

“para o desequilíbrio ecológico, desagregação social e perda de valores culturais da comunidade [...] De modo geral, estes espaços turísticos evoluem pelo processo de ‘ondas’ de ocupação que são ditadas pela moda ou produzidas pelo consumo do espaço”, o que promove degradação, em uma escala mais preocupante, levando à destruição dos recursos que proporcionaram o surgimento da atividade turística.

Quando o assunto é a relação da área litorânea com o turismo, o que se percebe é uma sobreposição da ocupação turística sobre as atividades tradicionais e o apossamento desse território pela prática turística, sendo valorizadas as paisagens tornando-as um tipo de “cenário” que é vendido aos turistas (Luchiar, 1997).

Segundo Fontes e Lage

[...] o turismo, como fator de desenvolvimento econômico, se apropria de determinados lugares, impondo-lhes transformações que podem acabar com a singularidade e particularidades do lugar; essa é uma das características das atividades produtivas do sistema capitalista, pois a sua “lógica” é o lucro sobre a “exploração” de paisagens. Esta atividade, ao longo dos tempos, tem sido um importante agente modificador da organização espacial, principalmente em lugares turísticos [...] (Fontes e Lage, 2003:93).

Essa dinâmica acaba por desencadear um processo de exclusão das populações locais, pois essa transformação do espaço seja para construções de meios de hospedagem ou até mesmo de infra-estrutura por parte do governo não leva em consideração os residentes locais, e quando leva é de uma maneira superficial. Para Rodrigues (1999), o turismo tem-se mostrado, em algumas comunidades, uma atividade que não é capaz de efetuar mudanças positivas, sendo a atividade responsável por transformações sociais, culturais e econômicas que acabam não mudando em nada a realidade das populações locais, as quais não se beneficiam com o turismo e ficam à margem desse processo.

A partir dessa análise percebe-se que tal atividade ao ser implantada, revela uma dinâmica dialética, à medida que a atividade turística avança. Segundo Fontes e Lage (2003:94) “ao mesmo tempo em que o turismo pode organizar e (re) produzir o espaço para uns, ele também desorganiza para outros e o (re) produz segundo a lógica capitalista de apropriação do espaço”. O que se observa dentro do contexto da expansão turística é uma mercantilização de tudo pelo turismo, onde até mesmo, segundo Ouriques (2005), os residentes são vistos como mercadoria, ao mesmo tempo que os trabalhadores são preparados para o turismo com a finalidade de reproduzir a acumulação do capital. Outro fator de destaque são os traços colonialistas na expansão do turismo na periferia do capitalismo (Ouriques, 2005), como nos revela Krippendorf (1989), destacando que não há a possibilidade de um verdadeiro contato entre visitantes e visitados, já que, de acordo como o referido autor, os locais são vistos como servidores ou objetos de consumo turístico.

3. Desenvolvimento sustentável no turismo: uma possibilidade

Muitos autores defendem que a atividade turística pode ser concebida de maneira sustentável e com maior equidade social. Essa condição seria alcançada através do uso do planejamento como forma de conter os abusos referentes ao avanço do turismo sobre as diversas porções do território. Nessa corrente, o planejamento “deve apoiar-se na participação social, bem como na equidade, intersetorialidade e sustentabilidade” (Beni, 2006:94).

Após as conferências do Hábitat II – a Declaração de Istambul sobre Assentamentos Humanos e a Agenda do Hábitat, houve também um maior reconhecimento do termo desenvolvimento sustentável (Sattertwaite, 2004).

De acordo com Schultink (2007) a preocupação com a questão do desenvolvimento sustentável já levantava discussões, onde

[...] a noção abrangente de desenvolvimento de políticas que promovam a utilização sustentável dos recursos naturais, a manutenção da capacidade de produção dos recursos e evitar a degradação dos recursos foi posteriormente adotada por várias conferências das Nações Unidas e apoiadas por muitas agências internacionais de desenvolvimento (Schultink, 2007:3).

Segundo a Comissão Brundtland, desenvolvimento sustentável consiste em satisfazer as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer as suas próprias necessidades (Sattertwaite, 2004). Dessa forma, pode-se entender que é necessário a satisfação das necessidades humanas sem esgotar o capital ambiental.

Sobre as reflexões acerca do turismo no contexto do desenvolvimento sustentável pode se destacar que houve uma maior orientação para as questões relativas à atividade turística a partir da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (RIO 92), e posteriormente em Johannesburg (2002), onde o turismo também seria orientado a adotar práticas sustentáveis (Mendonça, 2004).

Segundo a referida autora,

[...] um desdobramento desse esforço é a Agenda 21, que constitui o principal referencial para governos, iniciativa privada e sociedade civil no que tange ao desenvolvimento em bases sustentáveis. Inserindo-se nos estudos e práticas da sustentabilidade, a OMT – Organização Mundial do Turismo, em 1994, publica a “Agenda 21 para a Indústria de Viagens e Turismo” e aponta, como uma das áreas de ação estratégica, o incentivo ao envolvimento da participação de todos os setores da sociedade, inclusive das minorias (Irving, 2002; WWF Brasil, apud Mendonça, 2004:20).

Os trabalhos que apontam para um desenvolvimento sustentável no turismo sugerem a participação de todos no processo, respeitando o patrimônio humano e ambiental, e alicerçado no desenvolvimento econômico, onde todos usufruem dos benefícios da renda gerada pela atividade turística. Nessa perspectiva, “tal ação interativa certamente representará um esforço ponderável na construção de um modelo de desenvolvimento integral, integrado e sustentável” (Beni, 2006:94).

O autor acredita na possibilidade de um turismo socialmente responsável e sustentável a partir da premissa do planejamento estratégico e acrescenta que esse modelo pode “superar paulatinamente a reprodução da pobreza e da exclusão social provocadas pelo aumento das desigualdades, da internacionalização da economia, da incontrolada competitividade e do esgotamento das verbas públicas” (Beni, 2006:94).

Nesse processo todas as variáveis devem ser avaliadas – políticas ambientais, sociais e econômicas – para que uma análise possa ser efetuada no intuito de observar qual medida é mais aconselhável para alcançar os objetivos do desenvolvimento sustentável no turismo.

No entanto, essa interação entre os sujeitos sociais envolvidos na atividade turística e o respeito aos patrimônios humano e ambiental nem sempre são contemplados nos projetos turísticos, sejam eles internacionais, ou mesmo das elites locais. Portanto, é necessário um projeto de turismo voltado para os interesses coletivos do local ou região aonde o turismo vai se instalar.

Segundo o autor, o processo de ordenação sustentável deve-se traduzir em um novo padrão de desenvolvimento, sendo que este deverá ser pautado não somente à racionalidade da acumulação e consumismo, mas na qualidade de vida. O turismo, assim, poderia dinamizar melhorias no local/região, desde que contemplasse

[...] as necessidades e expectativas coletivas da base local, com a participação ativa da sociedade civil

organizada de forma multiescalar, buscando adotar a alternativa que melhor viabilizasse sua inserção no processo regional de desenvolvimento. Define-se essa nova ordenação territorial com a projeção no espaço físico, mediante ocupação e uso, das políticas, interesses, racionalidades e valores econômicos, sociais, culturais e ambientais de uma comunidade local ou regionalmente referenciada. O que se busca, na realidade, como objetivo principal, é a consecução da estrutura espacial adequada para a forma de desenvolvimento de interesse da comunidade (Beni, 2006:95).

Reiterando essa discussão a respeito do desenvolvimento sustentável, apesar do envolvimento de toda a população nas decisões ser relevante, acredita-se que “os governos locais, com seus múltiplos e variados papéis, estão em uma posição estratégica para fazer avançar as metas do desenvolvimento sustentável” (Sattertwaite, 2004:156).

No que concerne o turismo como uma prática sustentável, será realizada uma reflexão sobre a localidade de Prainha do Canto Verde - CE, a qual se destaca pelo desenvolvimento do turismo de forma comunitária.

4. Turismo comunitário: uma reflexão sobre Prainha do Canto Verde

A partir das reflexões apresentadas, para efeito deste estudo, foi escolhida a localidade de Prainha do Canto Verde, localizada no município de Beberibe, a 126 km de Fortaleza, no estado do Ceará. Essa comunidade tipicamente litorânea adotou o turismo como forma de complementar a renda, porém o realiza de forma comunitária, pleitando um desenvolvimento equitativo e socialmente responsável.

Como discutido anteriormente, o espaço litorâneo desperta a atenção devido às suas particularidades.

A revalorização do litoral para o lazer e o turismo, pela re-estruturação capitalista, ampliou a disputa desse espaço para novos usos. O litoral passou a ser a principal mercadoria imobiliária, causando segregação das populações ditas nativas ou tradicionais, em face dos reordenamentos necessários à ocupação turística, que se apropriam dos melhores lugares, aqueles considerados mais belos e atrativos (Coriolano, 2006:197).

Para não se enquadrarem passivamente nessa realidade os moradores de Prainha do Canto Verde se uniram e criaram a Associação dos Moradores em 1989, com o apoio do Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos.

A atitude dos moradores possibilitou a criação dos conselhos setoriais (de Saúde, Educação, Pesca e Terra) e a Cooperativa de Turismo – Coopecantur. Segundo as pesquisas realizadas por Mendonça (2004), essa articulação possibilitou uma maior participação da comunidade nas discussões e tomadas de decisão.

Os moradores de Canto Verde objetivaram, com a criação da Cooperativa de Turismo, o desenvolvimento de tal atividade de maneira comunitária e socialmente responsável. Para eles turismo comunitário consiste em:

Toda forma de organização empresarial sustentado na propriedade do território e da autogestão dos recursos comunitários e particulares, com práticas democráticas e solidárias no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados através da prestação de serviços visando o encontro cultural com os visitantes (Prainha do Canto Verde, 2008).

A professora e pesquisadora Luzia Neide Coriolano possui a seguinte concepção sobre turismo comunitário: “Entende-se por turismo comunitário aquele em que as comunidades de forma associativa organizam arranjos produtivos locais, possuindo controle efetivo das terras e atividades econômicas associadas à exploração do turismo” (Coriolano, 2006:201).

A atividade turística na Prainha é realizada de forma integrada às demais atividades econômicas, e a partir do turismo comunitário se busca fortalecer os outros ramos da economia na localidade. Observe-se que o turismo surgiu como um meio de complementar a renda das pessoas que ali se encontram, pois a pesca, a maior fonte de renda dos moradores, estava ameaçada devido à forma predatória utilizada por pescadores do ramo industrial.

Segundo Coriolano (2006), o turismo comunitário,

[...] prioriza a geração de trabalho para os residentes nas comunidades, os pequenos empreendimentos locais, a dinamização do capital local, a garantia da participação de todos, dando espaço também às mulheres e aos jovens. Assegura a participação das pessoas da comunidade com o planejamento descentralizado e associativo, luta pela regulamentação fundiária e pela garantia da posse da terra de populações indígenas, pesqueiras, as chamadas comunidades nativas. Busca a regulamentação das unidades de conservação, assim como a implementação de comitês da gestão ambiental nessas unidades e planos de manejo e de conservação compatíveis com o turismo (Coriolano, 2006:202).

A opção pelo turismo comunitário em Prainha do Canto Verde se converteu em benefícios para a comunidade local. A partir da leitura e pesquisas de Coriolano (2006), Mendonça (2004) e através do próprio site oficial de Canto Verde, foram observadas melhorias na qualidade de vida da comunidade.

Em entrevista cedida ao pesquisador do referente trabalho, um morador de Prainha do Canto Verde, o qual se destaca por fazer parte das lideranças locais, revela que por meio de projetos e parcerias articuladas entre a comunidade e outros órgãos, governamentais houveram mudanças significativas na educação, saúde e na própria concepção dos moradores locais. Esses atribuem essa melhoria na qualidade de vida ao crescimento individual e grupal

devido às trocas de experiências proporcionadas pela forma de organização da comunidade e sua relação com outras localidades que estão em contato com o mesmo tipo de experiência. Houve também a valorização do patrimônio cultural, ambiental e das formas de vida tradicionais das comunidades e seu território, já que o turismo é utilizado para fortalecer e não substituir as atividades econômicas já existentes. Esse maior grau de organização se converte em sustentabilidade para o desenvolvimento da prática turística.

A sustentabilidade desse tipo de turismo em Canto Verde pode ser creditada ao fato que vários projetos, sejam eles de capacitação, educação ambiental, dentre outros, que a princípio podem parecer não interligados com a atividade turística, mas de suma importância, estimulam o uso sustentável dos recursos naturais e a valorização de toda a comunidade, mantendo as atividades tradicionais, porém não os distanciando da realidade atual e sim os preparando para conviver com essa diferença. Exemplos desse pensamento são os projetos Canto Verde Digital (CVD), o qual aproxima os moradores da inclusão digital, e a Escola dos Povos do Mar, onde o conhecimento sobre esse é repassado aos alunos como forma de manter a atividade tradicional, a pesca (Prainha do Canto Verde, 2008).

A forma como os moradores de Prainha do Canto Verde desenvolveram o turismo tem atraído a atenção de outras localidades, as quais estão em processo de implantação do turismo comunitário, ou pretendem discutir sobre essa possibilidade. Atualmente, Canto Verde lidera o movimento de turismo comunitário no Brasil e juntamente com outras localidades integra o Roteiro de Turismo Comunitário e Economia Solidária do Leste do Litoral do Ceará. Além disso, tem como parceiros a Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário – Turisol, estão associados à Rede Tucum – Rede Cearense de Turismo Comunitário e também à Rede de Turismo Comunitário na América Latina (Prainha do Canto Verde, 2008), demonstrando dessa maneira

o potencial de universalização do projeto de turismo comunitário. Ao relatar a experiência de Prainha do Canto Verde com o turismo comunitário, o que se pretende é demonstrar uma outra possibilidade de desenvolvimento para a atividade turística, apesar de ter conhecimento que a participação de todos os grupos sociais, inclusive das minorias, nos processos decisórios ser bastante complexo.

Todavia é erro imaginar que participação é apenas utopia. É realizável sim, muito embora nunca de modo totalmente satisfatório. Por isso mesmo, a definimos como processo imorredouro de conquista. Nunca será suficiente, porque vive na utopia da igualdade, da liberdade, da fraternidade totais. Não é dada, é criada. Não é dádiva, é reivindicação. Não é concessão, é sobrevivência. Participação precisa ser construída, forçada, refeita e recriada. Nem podem faltar o entusiasmo e a fé nas potencialidade de quem a primeira vista pareça de tudo destituído e imerso em pobreza (Demo, 2001:82).

Corroborando o pensamento de Demo (2001), destaca-se que a participação e interação da comunidade com a localidade onde se encontra pode surtir efeitos benéficos, como é caso de Prainha do Canto Verde, a qual recentemente foi designada, após assinatura do decreto pelo então presidente do Brasil Luiz Inácio Lula da Silva, como Reserva Extrativista da Prainha do Canto Verde (Resex), como aponta o líder comunitário entrevistado, cujo enfatiza a união da comunidade. Segundo o mesmo, “sem a participação de parte da comunidade – nunca se pode contar com todos – a Prainha do Canto Verde seria um loteamento”.

Essa transformação em Resex, apontada pelo site oficial da localidade estudada, se converteu no direito à terra e na utilização sustentável dos recursos naturais presentes na localidade, como destaca o líder comunitário, sendo o turismo praticado de forma comunitária, “socialmente, culturalmente, ambientalmente sustentável e em 10 anos será economicamente sustentável” de acordo o

referido entrevistado. Também sinalizou uma vitória para os habitantes da comunidade estudada, os quais desde a década de 1970 travavam conflitos com a especulação imobiliária que assolava Prainha do Canto Verde.

5. Considerações finais

O presente trabalho pretendeu demonstrar a dinâmica da atividade turística e como o turismo problematiza a vida da população local, demonstrando algumas transformações no espaço litorâneo através da expansão do turismo e as consequências, nem sempre positivas, advindas do mesmo, sendo a atividade turística, como aponta Ouriques (2005) uma consumidora de espaços para a reprodução do capital.

O turismo, articulado ao capitalismo, segundo Ouriques (2005), reproduz essa lógica da acumulação, não conseguindo eliminar as distorções sociais e promover um desenvolvimento realmente equitativo. O que tal atividade realiza, de acordo com o referido autor, é uma apropriação dos espaços transformando quase tudo em mercadoria passível de ser consumida. Nesse contexto, podem-se destacar as paisagens, culturas, tradições e mesmo os próprios nativos, dentre outros, onde o turismo se afirma como um importante agente modificador desses espaços e relações sociais.

No entanto, outras possibilidades surgem como forma a contrapor a essa linha de pesquisa do turismo. Dentre elas foi destacado o desenvolvimento sustentável, como esse pode ser inserido no campo do turismo e como essa articulação pode contribuir com a formação de uma sociedade mais igualitária. Segundo Beni (2006:95), "a sustentabilidade é construída a partir de experiências regionais, devendo presidir todas as iniciativas de alavancagem do desenvolvimento".

Inserido no projeto de desenvolvimento sustentável, o turismo comunitário foi apresentado como

uma alternativa para se alcançar os objetivos da sustentabilidade na atividade turística, tendo em vista que o mesmo pode ser capaz de beneficiar a localidade onde se desenvolve.

Não há dúvidas que para se conseguir trabalhar com o conceito de desenvolvimento sustentável no turismo é preciso superar muitos obstáculos, pois a atividade, desenvolvida nos moldes sustentáveis, ainda é bastante incipiente no Brasil. Portanto, o desafio da sustentabilidade no turismo ainda deve ser refletido nos estudos de tal atividade para se promover um turismo responsável e socialmente sustentável.

Vimos que a experiência da Prainha do Canto Verde é um exemplo de como a atividade turística pode ser desenvolvida pela população local, através de organização comunitária, possibilitando algo que se aproxime do que seja desenvolvimento sustentável. O fato de a resistência do povo da Prainha à grilagem de suas terras ter culminado na união comunitária, na procura de atividades sustentáveis (dentre eles o turismo e a pesca artesanal sustentável), no alcance da propriedade das terras, posto que antes eles eram apenas posseiros e, o mais importante, culminando também, em 2009, com a proteção das terras, que se tornaram uma Reserva Extrativista (Resex), uma unidade de conservação, só corrobora para a análise de que as comunidades que desenvolvem o turismo com autonomia, como os verdadeiros atores, podem chegar ao desenvolvimento sustentável.

Referências

- Beni, M.C., 2006, *Política e Planejamento de Turismo no Brasil*, Aleph, São Paulo.
- Coriolano, L.N.M.T., 2003, Os limites do desenvolvimento e do turismo, in Coriolano, L.N.M.T., (Org.) *O Turismo de Inclusão e o Desenvolvimento Local*, FUNECE, Fortaleza, pp. 13-28.
- Coriolano, L.N.M.T., 2006, *O Turismo nos Discursos, nas Políticas e no Combate à Pobreza*, Annablume, São Paulo.
- Coriolano, L.N.M.T., 2007, *Turismo: prática social de apropriação e de dominação de territórios*, [http://www.reacao.com.br], (Site accessed em 14 abril 2007).
- Fratucci, A.C., 2006, A formação e o ordenamento territorial do turismo no Estado do Rio de Janeiro a partir da década de 1970, in Bartholo, R., Badin, L. and Delamaro, M. (Org.)

- Turismo e Sustentabilidade no Estado do Rio de Janeiro*, Garamond, Rio de Janeiro, pp. 81-109.
- Demo, P., 1985, *Introdução à Metodologia da Ciência*, Atlas, São Paulo.
- Krippendorf, J., 1989, *Sociologia do Turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.
- Luchiar, M.T.D.P., 2001, A (Re)Significação da Paisagem no Período Contemporâneo, in Rosendahl, Z. and Corrêa, R.L. (Orgs.) *Paisagem, Imaginário e Espaço*, EdUERJ, Rio de Janeiro, pp. 09-28.
- Mendonça, T.C.M., 2004, *Turismo e participação comunitária: Prainha do Canto Verde a "Canoa" que não quebrou e a "Fonte" que não secou?*, Dissertação de Mestrado em Psicossociologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.
- Ouriques, H.R., 2006, O desenvolvimento do turismo na periferia do capitalismo, *Revista Espaço Acadêmico*, ano 6, n. 61.
- Prainha do Canto Verde, [<http://www.prainhadocantoverde.org>], (Site accessed 11 october 2008).
- Rodrigues, A.M., 1999, A produção e o consumo do espaço para o turismo e a problemática ambiental, in Yázigi, E., Carlos, A.F.A. and Cruz, R.C.A. (Org.) *Turismo, Espaço, Paisagem e Cultura*, 2. ed., Hucitec, São Paulo, pp. 55-62.
- Sattertwaitte, D., 2004, Como as cidades podem contribuir para o desenvolvimento sustentável, in Menegat, R. and Almeida, G. (Org.) *Desenvolvimento Sustentável e Gestão Ambiental das Cidades*, Editora UFRGS, Porto Alegre, pp. 130-169.
- Schultink, G., 2007, Sustainable land use and urban growth management: demand – supply factors and strategic planning considerations, *Journal of Agricultural, Food, and Environmental Sciences*, Vol. 1(1), pp. 01-16.
- Tucum, [<http://www.tucum.org>], (Site accessed 20 october 2009).
- Vasconcelos, F.P., 2003, Gestão integrada do litoral e sua implicação na atividade turística, in Coriolano, L.N.M.T. (Org.) *O Turismo de Inclusão e o Desenvolvimento Local*, FUNECE, Fortaleza, pp. 320-327.